



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

ANEXO IV - SERVIÇOS EVENTUAIS - PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO

1. SERVIÇOS EVENTUAIS

- 1.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, todo serviço sob demanda que extrapole as rotinas e competências da Equipe Permanente ou requeira especialização que vai além da qualificação exigida dos profissionais da Equipe Fixa (permanente) de execução dos serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, conforme descrita no **Anexo II e III**.
- 1.2. Os serviços eventuais deverão ser executados por profissional distinto dos alocados nos postos de trabalho e serão pagos somente quando realizados e com prévia autorização do fiscal ou gestor do contrato, conforme procedimento elencados no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 1.3. Mediante a utilização de OS – Ordem de Serviço, a CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do contrato, convocará a CONTRATADA, sempre que houver a necessária demanda, para a realização de serviços eventuais de manutenção ou de reparos.
- 1.4. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados, sob acompanhamento e orientação dos Engenheiros Responsáveis da CONTRATADA (Equipe Fixa).
- 1.5. De acordo com a dimensão e complexidade dos serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a FISCALIZAÇÃO do contrato e a CONTRATADA. Tais prazos serão registrados nas OS, Ordens de Serviço, e seus descumprimentos estarão sujeitos à aplicação de penalidades.
- 1.6. Os Serviços Eventuais serão previamente orçados pela CONTRATADA de acordo com os preços unitários estimados no **ANEXO VIII**, quando for necessário o uso dessas peças ou materiais.
 - 1.6.1. As composições dos serviços seguirão, sempre que possível, as composições constantes no SINAPI. Apenas na impossibilidade de uso do SINAPI, deverão ser utilizadas, na ordem que se segue, fontes de outros órgãos públicos, tabelas de revistas especializadas (Ex.: PINI) ou elaborada pela CONTRATADA, que nesse caso será avaliada pela fiscalização.
- 1.7. A emissão da OS será feita por meio de solicitação através de Software de Gestão de Manutenção.
- 1.8. A CONTRATADA somente iniciará os serviços considerados eventuais após a emissão da respectiva OS e com autorização provisória da equipe de Fiscalização.
 - 1.8.1. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de OS, Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- 1.9. Sempre que exigido, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, no CREA-DF, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação.
- 1.10. Os Serviços Eventuais serão pagos na conclusão dos mesmos, conforme recebimento definitivo estabelecido no Termo de Referência.
 - 1.10.1. Os Serviços Eventuais somente serão considerados executados mediante a aprovação de todas as etapas pela Fiscalização, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

- 1.11. Os serviços eventuais serão pagos separadamente do valor mensal referente à equipe residente e serão previamente orçados pela CONTRATADA de acordo com os preços unitários e composições elaboradas com base na tabela SINAPI, sem desoneração, o Distrito Federal, vigente à época da assinatura do contrato, e esta será utilizada de forma fixa e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, aplicado o percentual de BDI diferenciado ofertado na licitação. Decorrido esse período, ou seja, cumprida a anualidade da apresentação da proposta, caso o contrato seja prorrogado, será adotada nova publicação da tabela SINAPI, que será utilizada por mais 12 (doze) meses consecutivos e assim sucessivamente até o final dos 60 meses de vigência. Essa sistemática se deve à observância do art. 40, inciso XI, c/c o art. 120, da Lei 8.666/1993, o qual prevê que os valores contratados serão reajustados anualmente.
- 1.12. As despesas com os serviços eventuais estão limitadas ao valor anual estimado.
- 1.13. Na hipótese de não haver identidade total entre o serviço realizado e as tabelas públicas mencionadas no subitem anterior, será admitida a quantificação por analogia com serviços assemelhados e de mesma natureza, constantes daquelas tabelas ou em último caso, será aplicada a sistemática de pesquisa de preço de mercado, conforme estabelecido no subitem abaixo.
- 1.13.1. Caso algum serviço, comprovadamente, não faça parte das tabelas supracitadas, e não possa ser orçado conforme o método descrito no subitem logo acima, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três preços obtidos no mercado, cobrando da Administração o menor valor obtido, **com a aplicação do desconto ofertado pela licitante no correspondente campo de sua proposta, em relação as peças não previstas, acrescidos do BDI, apurado também na planilha de custos, ANEXO IX.** A cotação dos preços deverá ser apresentada à **administração para que seja aprovada**, através de Ordem de Serviço (OS). O valor das OS's autorizadas pela Administração deverá ser faturado juntamente com os serviços mensais prestados.
- 1.14. Uma vez por mês, conforme acordo com a fiscalização e com a aprovação da mesma, poderá ser utilizado um auxiliar de manutenção para lavagem da casa de máquinas, fancoils e demais equipamentos pertinentes.

2. ESPECIALIDADES PROFISSIONAIS

Os Serviços Eventuais envolverão as especialidades dos seguintes profissionais:

- 2.1. Pedreiro (CBO 7152-10);
- 2.2. Pintor (CBO 7166-10);
- 2.3. Serralheiro (CBO 7244-40);
- 2.4. Duteiro (CBO 7241-30);
- 2.5. Vidraceiro (CBO 7163-05);
- 2.6. Gesseiro (CBO 7164-05);
- 2.7. Desenhista Técnico (Cadista) - (CBO 3181-05);
- 2.8. Técnico em Segurança do Trabalho (CBO 3516-05);
- 2.9. Auxiliar de manutenção (CBO 5143-25);
- 2.10. Técnico em Automação (CBO 7311-50);
- 2.11. Técnico em GMG (CBO 9113-05);
- 2.12. Eletricista - (CBO 7156-10);
- 2.13. Mecânico de Refrigeração (CBO 7257-05);
- 2.14. Encarregado Geral (CBO 3131-05);
- 2.15. Engenheiro Eletrônico (CBO 2143-10).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – SEFIS/DEA/CGPLAM/DLOG/PF

3. DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA DOS SERVIÇOS EVENTUAIS

- 3.1. Remanejamento/instalação, de acordo com as recomendações do fabricante, de condicionador de ar do tipo janela, Split ou Multi-Split;
- 3.2. Remanejamento/instalação de sistemas de ventilação/exaustão, com dutos;
- 3.3. Remanejamento/instalação de dutos de ar condicionado;
- 3.4. Remanejamento/instalação de tubulação da rede hidráulica do sistema de ar condicionado;
- 3.5. Remanejamento/instalação de divisórias;
- 3.6. Substituição/instalação de vidros;
- 3.7. Rotinas de manutenção em sistemas e equipamentos especializados (Chiller/Automação);
- 3.8. Manutenção preventiva/corretiva que extrapole a capacidade laboral da equipe de execução dos serviços contínuos (fixa);
- 3.9. Projetos, estudos e relatórios técnicos relacionados às modificações acima listadas, ou que estejam correlacionadas aos sistemas objetos do presente TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS e extrapolem a capacidade técnica-operacional da equipe de execução dos serviços contínuos (fixa).

4. NORMATIVOS

- 4.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer rigorosamente:
 - 4.1.1. Às normas e especificações constantes deste Termo de Referência;
 - 4.1.2. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
 - 4.1.3. Às normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações;
 - 4.1.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;
 - 4.1.5. Às prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;
 - 4.1.6. Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;
 - 4.1.7. À Portaria 2.296, de 23/07/97 e atualizações – Práticas (SEAP) de Projetos de Construção e de Manutenção;
 - 4.1.8. Resolução nº 307/86 – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).